



**FACULDADE UNIÃO DE GOYAZES
CURSO DE FARMÁCIA**

A IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO FARMACÊUTICA PARA O USO CORRETO DE MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO (MIPS)

**Karla Cristina Carvalho da Silva
Tania Angélica Santos**

Orientadora: Prof. Me. Daniela Medeiros Lobo de Andrade

Trindade - GO
2015

FACULDADE UNIÃO DE GOYAZES
CURSO DE FARMÁCIA

**A IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO FARMACÊUTICA PARA O USO
CORRETO DE MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO (MIPS)**

Karla Cristina Carvalho da Silva
Tania Angélica Santos

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade União de
Goyazes como requisito à obtenção do
título de Bacharel em Farmácia.

Orientadora: Prof. Me. Daniela Medeiros Lobo de Andrade

Trindade - GO

2015

Karla Cristina Carvalho da Silva

Tania Angélica Santos

**A IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO FARMACÊUTICA PARA O USO
CORRETO DE MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO (MIPS)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade União de
Goyazes como requisito à obtenção do
título de Bacharel em Farmácia, aprovada
pela seguinte banca examinadora:

Prof. Orientador: Prof. Me. Daniela Medeiros Lobo de Andrade.

Prof. Prof. Esp. Aline de Sousa Brito.

Prof. Esp. Soraia Fiorini Barcelos

2015

Dedicamos este trabalho a nossa família,
em especial aos nossos pais, pelo apoio
constante e confiança demonstrada no

decorrer do curso e na concretização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus por estar sempre iluminando os nossos caminhos e pela oportunidade de estar realizando este trabalho.

A nossa família, pelo incentivo e colaboração, principalmente nos momentos de dificuldade.

A nossa orientadora, Professora Me. Daniela Medeiros Lobo de Andrade, por suas orientações no decorrer da elaboração deste trabalho.

SUMÁRIO

RESUMO.....	06
ABSTRACT.....	06
INTRODUÇÃO.....	07
MATERIAIS E MÉTODOS.....	08
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	09
CONCLUSÃO.....	16
REFERÊNCIAS.....	16

A IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO FARMACÊUTICA PARA O USO CORRETO DE MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO (MIPS)

Karla Cristina Carvalho da Silva¹
Tania Angélica Santos¹
Daniela Medeiros Lobo de Andrade ²

RESUMO

O paciente pode adquirir os medicamentos de três maneiras: por prescrições médicas, por automedicação ou por indicação farmacêutica. Normalmente com a prescrição médica o paciente compra ou adquire qualquer medicação, mas irá passar pelas mãos do farmacêutico que irá orientá-lo sobre o medicamento de forma correta sem risco, sendo esta a melhor forma de adquirir o medicamento. A automedicação acontece quando não existe qualquer aconselhamento por um profissional de saúde, a indicação farmacêutica ocorre quando o profissional farmacêutico aconselha certo medicamento, não sujeito a receita médica perante queixas e dores. Deste modo, o objetivo deste estudo é o de compreender a importância da orientação farmacêutica quanto a automedicação e o uso correto de medicamentos isentos de prescrição (MIPs) para o bem estar do indivíduo.

Palavras-chaves: Automedicação. Orientação Farmacêutica. MIPs.

A PHARMACEUTICAL ORIENTATION OF IMPORTANCE FOR THE CORRECT USE OF PRESCRIPTION DRUG-FREE (MIPS)

ABSTRACT

The patient can get the drugs by three ways: by prescriptions, self-medication or pharmaceutical statement. Usually with the prescription purchase or acquire any medication, but will pass through the hands of the pharmacist who will advise you on the medication correctly without risk, which is the best way to get the medicine. Self-medication happens when there is no counseling by a health professional, pharmaceutical indication occurs when the pharmacist advises right medication, not subject to prescription before complaints and pains. Thus, the aim of this study was to understand the importance of pharmaceutical guidance on self-medication and the correct use of over the counter drugs (MIPs) for the welfare of the individual.

¹ Acadêmicas do Curso de Farmácia da Faculdade União de Goyazes.

² Orientadora, Prof^ª. Me. em Ciências Farmacêuticas. Professora da Faculdade União de Goyazes e outras instituições

Key-words: Self-medication. Pharmaceutical orientation. MIPs.

INTRODUÇÃO

São inúmeras as pessoas no Brasil que fazem uso de medicamentos sem prescrição, tornando indiscriminado o uso de medicamentos e fazendo desta utilização um problema de saúde pública (DEL FIOLE et al., 2010).

A automedicação é um dos atos que contribuem de forma significativa para o uso irracional de medicamentos, favorecendo o surgimento de problemas relacionados aos mesmos. Determinados aspectos como, o fator cultural e os aspectos legais, acabam induzindo e permitindo este tipo de conduta (GUZZATTO; BUENO, 2007; OLIVEIRA; DESTEFANI, 2011).

Atualmente, muitas pessoas adotam a prática da automedicação, todavia, a maioria das pessoas não tem conhecimento necessário sobre a ação do medicamento e quando é acometida por uma doença, por mais “simples” que seja, confiam na indicação de um conhecido, seja ele profissional de saúde ou não, fazendo com que esta doença se agrave no futuro (CASTRO et al., 2006).

Diante ao tema proposto, surgiu o seguinte questionamento: De que forma diminuir a prática da automedicação?

Como hipótese ressalta-se que as pessoas muitas vezes recorrem à automedicação quando se sentem incomodadas por algum tipo de dor, como por exemplo: cólica, dor de cabeça, azia e patologias, e buscam de forma mais rápida o alívio imediato na automedicação, que na maioria das vezes é recomendada por pessoas, como amigos, familiares, balconistas da farmácia e até mesmo farmacêuticos (SAIZ, 2003).

Uma automedicação equivocada pode trazer sérias consequências para o indivíduo que dela se vale, tais como mascaramento de doenças evolutivas, enfermidades iatrogênicas e diversos efeitos indesejáveis (NASCIMENTO, 2005; SERVIDONI, et al., 2006).

Outro grande fator diz respeito à qualidade da informação passada ao paciente para o uso do medicamento. Assim sendo, por meio da falta de informações durante a consulta, acompanhada por escassez ou ausência qualquer de orientação no ato da dispensação do medicamento, faz com que o paciente

acabe abandonando o tratamento precocemente, perca administrações ou ainda os utilize de maneira desnecessária (GUIMARAES et al., 2010; PILICER, 2013).

Assim entra o farmacêutico, sendo um profissional com importante papel no acompanhamento do paciente que se auto medica, tornando-se o elo vital entre a medicina e o paciente, fazendo da farmácia um local de atenção primária à saúde (ARAÚJO; FREITAS, 2006; PILICER, 2013).

Nesse sentido, a importância do farmacêutico é a de mostrar que através do uso inadequado e excessivo de medicamentos, o próprio paciente pode acarretar danos a sua saúde (ARAÚJO; FREITAS, 2006; PEREIRA; FREITAS, 2008; PILICER, 2013).

Por estas razões, o objetivo deste estudo é o de compreender a importância da orientação farmacêutica quanto a automedicação e o uso correto de medicamentos isentos de prescrição (MIPs) para o bem estar do indivíduo.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho se trata de um estudo do tipo bibliográfico, descritivo-exploratório e retrospectivo.

Os dados foram coletados por meio de buscas em bases de dados virtuais em saúde, na Biblioteca Virtual de Saúde – Bireme, Sistema Latino-Americano e do Caribe de informação em Ciências da Saúde, LILACS, *National Library of Medicine* – MEDLINE, Scielo, banco de teses USP Para a busca utilizamos os seguintes descritores: automedicação, medicamento, MIPs, prescrição, farmacêutico, orientação farmacêutica.

Os critérios de inclusão estabelecidos foram: artigos originais disponibilizado na íntegra e na forma online, publicados no idioma português no período compreendido entre os anos de 2000 a 2015.

Foram encontrados 60 artigos publicados entre 2000 a 2015. Foram excluídos 24, sendo, portanto, incluídos neste estudo 36 publicações. Também foram usados livros e apostilas do Ministério da Saúde.

Os dados coletados por meio da pesquisa bibliográfica foram selecionados pela associação com os objetivos propostos no trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme a ANVISA (2007, p. 18), medicamento:

proven do latim *medicamentum* que significa cuidar, tratar, proteger. São substâncias ou preparações que se utilizam como remédio, elaborados em farmácias ou indústrias farmacêuticas, que atendem especificações técnicas e legais.

Deste modo, considera-se medicamento todas as composições que possuem capacidade de cura ou prevenção de doenças e sintomas. Esses medicamentos apresentam-se de várias formas. E tem conforme a concessão do Ministério da Saúde o tempo de validade (MATOS, 2005).

O medicamento é considerado produto, o qual é aceito em todo o mundo, por ser um importante recurso terapêutico da medicina moderna. O mesmo pode ser empregado como uma droga lícita ou ilícita, que acaba ocasionando muitos males através de substâncias psicoativas, acarretando distúrbios comportamentais, dependência e síndrome de abstinência (DAL PIZZOL, et al., 2006).

A medicação têm um papel importante na recuperação da saúde, amenizando sintomas, tratando diversos tipos de patologias que o indivíduo possa apresentar (RICHETTI, 2008).

Atualmente, existe grande disponibilidade aos medicamentos, aumentando assim a probabilidade de seu uso irracional. Assim, segundo Domingues et al (2015, p. 02):

Segundo a OMS, mais de 50,0% de todos os medicamentos são incorretamente prescritos, dispensados e vendidos, e metade dos pacientes os utilizam de maneira errada. Um dos fatores que contribuem para o uso incorreto de medicamentos é a prática inadequada da automedicação.

Automedicação é uma ação recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como meio terapêutico eficaz para cuidar de incômodos leves, desde

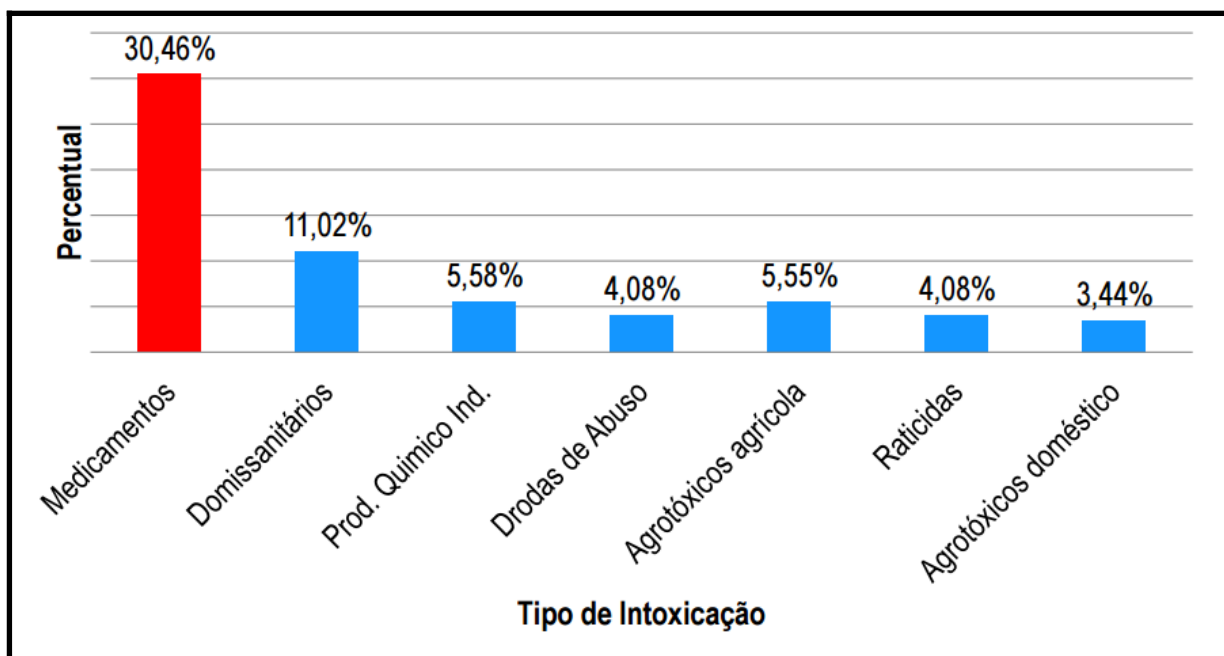
que feito com responsabilidade e acompanhando as indicações do fabricante (BRASIL, 2008).

Considera-se a automedicação como sendo o ato pelo qual o indivíduo decide por si próprio, sem passar por uma avaliação médica, sendo o mesmo empregado para o alívio sintomático ou cura, dividindo as medicações com o círculo social ou com membros da família (PEREIRA, et al., 2007).

Muitas pessoas ao perceberem sinal de dor, já o tratam sem uma prescrição medica, tendo a farmácia como loja de compra de medicamentos e não como unidade de saúde. Muitas vezes a automedicação simples dor, febre, gripe, pode retardar correto diagnóstico ou mascarar muitas vezes doenças graves. Uma desvantagem da automedicação é a intoxicação que pode ser causada por simples antigripais, anti-inflamatórios e até mesmo antidepressivos (CELLA; ALMEIDA, 2012).

Ainda sobre a intoxicação Cavalcante (2012), mostra no gráfico 01 que a sua principal causa é por medicamentos.

Gráfico 01: Intoxicação Humana por Agente Tóxico -



Fonte: CAVALCANTE (2012).

A automedicação acarreta prejuízo a saúde tanto quanto no aspecto financeiro, pois o indivíduo pode adquirir produtos que não estão de acordo com sua patologia, passando assim a assumir despesas do tratamento médico (CENÇO,

2010). Apesar do esforço das autoridades sanitárias para minimizar o ato, as medidas parecem serem ineficazes (CELLA; ALMEIDA, 2012).

Todos os medicamentos trazem algum tipo de risco, por isso devem ser usados adequadamente com tempo certo, dose certa e o mais importante, o acompanhamento de um profissional da saúde. As pessoas que correm mais riscos com a automedicação são os idosos, gestantes, crianças, hipertensos e diabéticos, pois se usarem um medicamento indevido (LOYOLA FILHO, 2002).

Mastroianni et al (2011), realizou um estudo no Estado de São Paulo que possui duas unidades da ESF, com 1867 domicílios cadastrados; a amostra foi definida por meio de sorteio aleatório estratificado. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas de julho a outubro de 2008. Foi entrevistado um morador em cada um dos 280 domicílios visitados. Dentre estes entrevistados, foram encontrados medicamentos em 255 domicílios (91,1%). Neste estudo encontrou-se um grande índice de pessoas que auto se medicam ou usam o medicamento de maneira incorreta. Assim, o medicamento era usado de forma diferente da prescrição por 21 entrevistados, por desacordo posológico ou interrupção do tratamento.

Sobre a prática da automedicação, Domingues et al (2015, p. 03), afirmam o seguinte:

A prática da automedicação é consequência de múltiplos fatores, entre os quais a dificuldade do acesso aos serviços de saúde pela população, a crença nos benefícios do tratamento/prevenção de doenças e a necessidade de aliviar sintomas. Por outro lado, os dados relativos à prevalência da automedicação no Brasil são escassos, mesmo sendo uma questão de preocupação para as autoridades governamentais

A prática da automedicação, é constituída como sendo fator de risco, causando sérios danos à saúde, relacionados aos medicamentos. Através da utilização de medicamentos sem indicação por profissional habilitado, aumenta o número de substâncias empregadas pelos indivíduos, desencadeando assim efeitos adversos (BORTOLON, et al., 2008).

Sobre a prática de automedicação, Cavalcante (2012), mostra dados de medicamento mais consumidos pela população brasileira no ano de 2012:

Tabela 01: Subgrupos terapêuticos mais frequentes (segunda nível ATC)

Subgrupos*	Frequência (%)	Freq. Acumulada (%)
Analgésicos	17,3	17,3
Descongestionante nasal	7,1	24,4
Anti-inflamatório / Antirreumáticos	5,6	30,0
Antimicrobianos / Quimioterápicos	5,6	35,6
Vitaminas	5,5	41,1
Antiespasmódicos / Anticolinérgicos	5,2	46,3
Antiácidos / Antiulceroso / Antiflatulência	4,7	51,0
Hormônio Sexuais	4,1	55,1
Anti-histamínicos de uso sistêmicos	4,0	59,1
Preparados para tosse e resfriado	3,8	62,9
Relaxantes musculares	2,9	65,8
Antidiarreicos / Anti-infecciosos	2,8	68,6
Antiasmáticos	2,1	70,7

**Incluem-se subgrupos que representam mais de 2% do total. Agrupados representam 70,7% do total. (nº total de especialidades = 5.332) ATC – “Anatomical Therapeutic Classification”
Fonte: CAVALCANTE (2012).*

Conforme exposto na tabela 01, a população geral do Brasil, auto se medicam como mais frequência de analgésicos, seguido de descongestionante nasal.

A automedicação pode trazer um aumento significativo de doenças induzidas por drogas, além de um aumento nas despesas públicas. Embora os medicamentos sejam adquiridos sem receita médica, as pessoas não devem fazer uso indevido, devendo recorrer as orientações do profissional farmacêutico, afim de reduzir os efeitos indesejáveis, reações alérgicas, intoxicação e entre outras. Essa pratica é bastante perigosa, uma ameaça à saúde pública devido ao aumento, gera um gasto por atendimento, internações, podendo também levar o indivíduo a óbito (CHIAROTTI; REBELLO; RESTINI, 2010).

Os medicamentos isentos de prescrição (MIPs), são compreendidos como de venda livre (DURÃES, et al., 2015). Segundo o Ministério da Saúde, sua dispensação não precisa de autorização, ou seja, prescrição por profissional legalmente habilitado (BRASIL, 2008).

Segundo a RDC 138/03 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), encontram-se incluídos entre os MIPs, medicamentos tais como: antiácidos e antieméticos; anti-histamínicos; aminoácidos, vitaminas e minerais; anti-inflamatórios; analgésicos e antitérmicos; cicatrizantes; descongestionantes nasais tópicos; expectorantes, sedativos da tosse e relaxantes musculares.

Conforme Giacómo et al (2013, p. 151), atualmente, “a utilização de MIPs, tornou-se prática integrante do sistema de saúde”. Entretanto, tal prática, necessita encontrar-se concentrada a situações clínicas bem específicas e necessita ser concretizada de acordo com as especificações estabelecidas para determinado medicamento.

Segundo Brasil (2010) o fácil acesso aos MIPs, encontra-se associado à automedicação, se tornando uma prática comum, não precisando procurar um médico. Assim muitas pessoas vão em busca do MIPs, pelo fato de achar mais viável, não tendo que ficar esperando em consulta médica.

Bortolon, et al (2008), realizou um estudo com 218 sendo mulheres idosas, avaliando sobre a automedicação de idosas atendidas no ambulatório de Atenção ao Idoso do Hospital da Universidade Católica de Brasília. Do total de idosas compostas no estudo, 77,5% (n = 169) relataram usar algum tipo de medicamento. A automedicação, foi constituída por analgésicos, antipiréticos e antiinflamatórios (44,7%; n = 38), sucedido pelos grupos dos medicamentos para o trato gastrointestinal, suplementos minerais e vitamínicos, medicamentos para o sistema cardiovascular e antialérgicos que, em conjunto, representaram 30,7% (n = 26). A automedicação realizada pela maioria das mulheres idosas corresponde aos MIPs.

Diante isto, estes medicamentos podem ser solicitados, vendidos e comprados, sem exigência legal, não precisando da emissão de documento por um profissional legalmente habilitado para prescrevê-lo (DURÃES, et al., 2015).

Os MIPs, servem para sintomas e males menores. O ato responsável de medicar-se seria desejável, pois contribuiria para redução da demanda de atendimento nos serviços de saúde, entretanto esse uso tornou-se indiscriminado, principalmente nos países em desenvolvimento, movido por diversas razões, entre elas o marketing da indústria farmacêutica, a limitação do poder prescritivo, informações obtidas por meios de comunicação sem base segura e fiscalização

(CASTRO, 2006). Mesmo sendo vendidos sem prescrição, o consumo dos MIPs a longo prazo pode trazer prejuízos à saúde.

Melo (2007, apud, Pieper et al., 2013), realizou um estudo de caso de intoxicações medicamentosas registradas por seis Centros de Controle de Intoxicações, assim, dos 22.165 casos, 2.263 (10,21%) indivíduos tiveram intoxicação por MIPs, como a dipirona e paracetamol. Assim, pode-se perceber que a comercialização de medicamentos sem prescrição causam sérios danos à saúde. Isso ocorre pelo fato das pessoas acharem que medicamentos que não precisam de receita médica, como analgésicos são isentos de riscos (PIEPER, et al., 2013). Diante disso, cabe ressaltar que a automedicação dos MIPs, com frequência, pode acarretar sérios danos à saúde.

Quando surge um problema de saúde, na maioria das vezes, o usuário procura uma farmácia, sendo a mesma de acesso fácil (SOUSA; SILVA; NETO, 2008). Como parte do processo de atenção à saúde, está a dispensação de medicamentos, isentos ou não de prescrição de profissional habilitado. De acordo com Vieira (2007, p. 215):

Quando a dispensação é acompanhada da orientação do farmacêutico, os riscos relativos a medicamentos diminuem, contribuindo para a melhora na qualidade de vida do paciente. A intensificação da atenção primária à saúde, com a máxima participação dos farmacêuticos, é um dos focos atual dos líderes em saúde no mundo.

Neste panorama, entra o farmacêutico sendo o único profissional da área da saúde que tem a maior parte de sua formação acadêmica dirigida a medicamentos, destacando-se quanto a orientação ao uso racional do mesmo. A atenção farmacêutica existe para contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população, sendo uma prática profissional no qual o paciente é o principal beneficiário, que integra ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde (ARAÚJO; FREITAS, 2006; FARINA; ROMANO-LIEBER, 2009).

Quanto aos MIPs, cabem aos indivíduos procurarem uma orientação farmacêutica, a fim de saber como usar os medicamentos, pois se utilizados de maneira inadequada ou com grande frequência podem proporcionar riscos à sua saúde. É importante que os MIPs, sejam dispensados, sob orientação do

farmacêutico, em quantidade que possa atender às necessidades terapêuticas do usuário de medicamentos (BRASIL, 2010).

A Atenção Farmacêutica é uma prática recente e tem a função de priorizar a orientação e o acompanhamento ao paciente visando e motivando o uso racional dos medicamentos e a manutenção do resultado e segurança do tratamento (PEREIRA; FREITAS, 2008; ANGONESI; SEVALHO, 2010).

As farmácias junto aos profissionais farmacêuticos, devem estimular o uso racional de medicação que envolve a utilização de produtos seguros e eficaz, a informação oferecida pelo profissional ao paciente também é muito essencial para o seu uso, assim o farmacêutico deve ter comprometimento de encaminhar o paciente ao médico quando achar indevida a automedicação (CELLA; ALMEIDA, 2012).

Cabe ao profissional também prestar assistência farmacêutica para toda a população, dando uma atenção especial a certos grupos como dos idosos, crianças e gestantes (CELLA; ALMEIDA, 2012).

Quando o paciente procurar a orientação farmacêutica a prática deve ser feita conforme a RDC nº 357/2001 que dispõe sobre o uso de medicamentos não prescrito sob orientação e acompanhamento do farmacêutico. Para essa prática devem ser usados medicamentos com segurança, eficácia e qualidade (BRASIL, 2001; MOREIRA, 2010; CELLA; ALMEIDA, 2012).

Na saúde pública, é necessário que o Farmacêutico reconheça, no seu local de atuação, o significado dos medicamentos para a população, para que eles possam abordar o paciente de forma eficaz, orientando, e instituindo ações educativas, contribuindo assim para a promoção da saúde (BRASIL, 2001; CELLA; ALMEIDA, 2012).

Os farmacêuticos tem que ser encorajados a fazer a educação continuada a respeito do assunto, cabe ao governo, estimular e apoiar os projetos de atualização dos farmacêuticos, para que desempenhe com proficiência, e auxilie os consumidores na automedicação responsável. Encorajar pessoas a participar da educação acadêmica e profissional, nas escolas de farmácia (MENEZES, et al., 2004).

Cabe ao profissional farmacêutico orientar o consumidor para que ele reconheça os produtos de comercialização livre podendo identificar aqueles vendidos sob prescrição, para que isso aconteça o profissional deve ter o

conhecimento científico para transmitir ao paciente, assegurando o uso adequado do medicamento (MENEZES, et al., 2004).

Diante ao exposto, é importante que os indivíduos tomem consciência sobre os riscos que estão trazendo para a sua saúde, através da automedicação, sendo importante que o mesmo procure um profissional qualificado, como o farmacêutico para lhe prestar as devidas informações sobre a maneira correta de usar o medicamento.

CONCLUSÃO

A automedicação está presente na rotina de grande parte da população, trazendo riscos que poderiam ser contornados se houvesse uma melhor disseminação de informação e orientação atuante do Farmacêutico. Tal prática é considerada comum, cabendo assim o farmacêutico, oferecer aos usuários melhor orientação em relação ao uso de medicamentos.

A orientação farmacêutica é um modelo de prática farmacêutica com habilidades e compromissos, além da promoção e recuperação da saúde, de forma integrada a outros profissionais de saúde. É uma ligação direta do farmacêutico com usuário, visando uma farmacoterapia racional, com resultados concretos e positivos, focando a melhoria da qualidade de vida.

Diante o estudo apresentado, ficou comprovado a importância da orientação farmacêutica quanto a automedicação e o uso correto de MIPs, pois mesmo não precisando de prescrição médica, os medicamentos de venda livre, como exemplo os analgésicos podem causar sérios danos à saúde do indivíduo. Sua orientação surge como ferramenta que auxilia na terapia, ajuda na informação correta sobre o tratamento.

Através da orientação do farmacêutico, a prática da automedicação e seus riscos podem ser evitados, melhorando a qualidade de vida do paciente. A atuação do profissional se torna de grande importância para a diminuição dos riscos possíveis que a automedicação pode trazer, mesmo tendo medicamentos isentos de prescrição, é necessário a orientação correta para o uso.

Para que ocorra o uso correto, seguro e racional de medicamentos, os farmacêuticos precisam se conscientizarem da importância dos MIP's, pois essa classe de medicamentos está sob sua responsabilidade e deve ser usada como a principal ferramenta para tratamento de sintomas menores de baixa gravidade, passíveis de automedicação orientada e de alívio para auxílio até o diagnóstico.

Conclui-se que cabe ao profissional farmacêutico se impor frente as equipes para que sustentem as práticas profissional, alcançando os objetivos estabelecidos para a real assistência prestada, garantindo assim o bem estar e saúde do indivíduo.

REFERÊNCIAS

ANGONESI, Daniela; SEVALHO, Gil. Atenção Farmacêutica: fundamentação conceitual e crítica para um modelo brasileiro. **Ciênc. saúde coletiva**. 2010, vol.15, suppl.3, pp. 3603-3614. Disponível em: <<http://www.itpac.br/arquivos/Revista/43/4.pdf>> Acesso em: 01. nov. 2015.

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Almanaque de Vigilância Sanitária 1º edição Brasília 2007.

ARAÚJO, A.L.A.; FREITAS, O. Concepções do profissional farmacêutico sobre a assistência farmacêutica na unidade básica de saúde: dificuldades e elementos para a mudança. **Rev. Bras. Ciên. Farm.**, v.42, n.1, p.137-46, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>> Acesso em: 01. nov. 2015.

BORTOLON, Paula Chagas et al. Análise do perfil de automedicação em mulheres idosas brasileiras. **Ciênc. saúde coletiva**. 2008, vol.13, n.4, pp. 1219-1226. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v13n4/18.pdf>> Acesso em: 22. nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Regulamento Técnico das Boas Práticas de Farmácia**. RDC n.357, de 20 de abril 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Proposta de uma nova resolução para os medicamentos isentos de prescrição**. Brasília DF. 2008. Disponível em: <www.anvisa.gov.br> Acesso em: 01. nov. 2015.

BRASIL. Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo. Organização Pan-Americana da Saúde Fascículo II - **Medicamentos Isentos de Prescrição** / Projeto Farmácia Estabelecimento de Saúde / CRF-SP: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo; Organização Pan-Americana de Saúde - Brasília, 2010. Disponível em:

<http://portal.crfsp.org.br/phocadownload/fasciculo_ii_internet.pdf> Acesso em: 22. nov. 2015.

CASTRO et al.. Automedicação: entendemos o risco?. **Rev. Infarma**. 2006, no.18, p. 17-20. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/12/inf17a20.pdf>> Acesso em: 01. nov. 2015.

CAVALCANTE, Carlos Eugenio Muniz de Holanda. **Papel do farmacêutico na orientação sobre o uso correto de medicamento isentos de prescrição**. CRFPE – 2949. Abril, 2012. Disponível em: <<http://www.crfpe.org.br>> Acesso em: 01. nov. 2015.

CELLA, Elisangela; ALMEIDA, Rodrigo Batista. Automedicação: Enfoque Pediátrico. **Rev. Saúde Pública**. Santa Catarina, Florianópolis ,V.5,n.1. 2012. Disponível em: <<http://esp.saude.sc.gov.br/sistemas/revista/index.php/inicio/article/viewFile/109/14>> Acesso em: 01. nov. 2015.

CENÇO, B. Automedicação: isso tem que parar. **Revista APM** (Associação Paulista de Medicina), São Paulo, v. 610, p. 5-8, 2010. Disponível em: <<http://www.apm.org.br/noticias-conteudo.aspx?id=10207>> Acesso em: 01. nov. 2015.

CHIAROTTI, Rosiane; REBELLO, Nathália Medeiros; RESTINI, Carolina Baraldi Araújo. A automedicação na cidade de Ribeirão Preto-SP e o papel do Farmacêutico nessa Prática.

Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer - Goiânia, vol.6, N.10, 2010. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2010b/a%20automedicacao.pdf>> Acesso em: 01. nov. 2015.

DAL PIZZOL, Tatiane da Silva et al. **Uso não-médico de medicamentos psicoativos entre escolares do ensino fundamental e médio no Sul do Brasil**. Cad. Saúde Pública. 2006, vol.22, n.1, pp. 109-115. Disponível em: <<http://www.scielo.com>> Acesso em: 12. nov. 2015.

DEL FIOL, Fernando de Sá; LOPES, Luciane Cruz; TOLEDO, Maria Inês de and BARBERATO-FILHO, Sílvio. Perfil de prescrições e uso de antibióticos em infecções comunitárias. **Rev. Soc. Bras. Med. Trop**. 2010, vol.43, n.1, pp. 68-72. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n1/12.pdf>> Acesso em: 13. ago. 2015.

DOMINGUES, Paulo Henrique Faria, et al. Prevalência da automedicação na população adulta do Brasil: revisão sistemática. **Rev Saúde Pública** 2015;49:36. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/rsp/v49/pt_0034-8910-rsp-S0034-89102015049005709.pdf> Acesso em: 01. nov. 2015.

DURÃES, Durães, et al. Análise crítica sobre o descarte de medicamentos isentos de prescrição médica pela comunidade do Centro Universitário São Camilo – São Paulo. **III Simpósio de Assistência Farmacêutica**. 21 a 23 de maio de 2015.

Disponível em:
http://www.saocamilo-sp.br/novo/eventos-noticias/saf/2015/SAF010_15.pdf
 Acesso em: 01. nov. 2015.

FARINA, Simone Sena; ROMANO-LIEBER, Nicolina Silvana. Atenção Farmacêutica em Farmácias e Drogarias: existe um processo de mudança? *Saúde Soc.* São Paulo, v.18, n.1, p.7-18, 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n1/02.pdf> Acesso em: 01. nov. 2015.

GIACÓMO, Ana Paula, et al. Prevalência da automedicação entre acadêmicos de farmácia, medicina, enfermagem e odontologia. **Estudos**, Goiânia, v. 40, n. 2, p. 151-164, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ucg.br> Acesso em: 01. nov. 2015.

GUIMARAES, Denise Oliveira et al. Antibióticos: importância terapêutica e perspectivas para a descoberta e desenvolvimento de novos agentes. **Quím. Nova**, 2010, vol.33, n.3, pp. 667-679. Disponível em: <http://www.bvsalud.org> Acesso em: 13. ago. 2015.

GUZATTO, Paula, BUENO, Denise. Análise de prescrições medicamentosas dispensadas na farmácia de uma unidade básica de saúde de Porto Alegre – RS. **Revista HCPA**. 2007; 27 (3) 20-26. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/hcpa/article/view/1982/1670> Acesso em: 01. nov. 2015.

LOYOLA FILHO, A. I. et al. Prevalência e fatores associados a automedicação: resultados do projeto Bambuí. **Revista Saúde Pública**, v.36, n.1. São Paulo fev 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v36n1/8116.pdf> Acesso em: 01. nov. 2015.

MASTROIANNI, Patricia de Carvalho, et al. Estoque doméstico e uso de medicamentos em uma população cadastrada na estratégia saúde da família no Brasil. **Rev Panam Salud Publica**. 2011, vol.29, n.5, pp. 358-364. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/hcpa/article/view/1982/1670> Acesso em: 22. nov. 2015.

MATOS,A,C,M. Auto Medicação. Universidade Fernando Pessoa, Porto Portugal. 2005.

MENEZES, Evandro. et al. Automedicação com antimicrobianos para o tratamento de infecções urinária em estabelecimento farmacêutico de Fortaleza (CE). **Infarma**. v.16, nº 11-12, 2004. Disponível em:
<http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/77/i07-automedicao.pdf> Acesso em: 01. nov. 2015.

MOREIRA, C, A; OLIVEIRA, R, K; FOELMEER, L. Uso Racional de Medicamentos: Prioridade para a promoção da Saúde. **Revista contexto e Saúde** v.9 n.18 jan/jun p.53-62. 2010. Disponível em:
<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/1471>
 Acesso em: 22. nov. 2015.

NASCIMENTO, MC. Medicamentos, comunicação e cultura. **Ciênc Saúde Coletiva**. 2005; 10(sup):179-93. Disponível em: <http://www.scielo.com>> Acesso em: 13. ago. 2015.

OLIVEIRA, K.R; DESTEFANI, S.R.A. Perfil da prescrição e dispensação de antibióticos para crianças em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no município de Ijuí – RS. **Rev Ciênc Farm Básica Apl.**, 2011;32(3):395-401. Disponível em: <http://www.bvsalud.org>> Acesso em: 13. ago. 2015.

PEREIRA, Leonardo; FREITAS, Osvaldo. A evolução da Atenção Farmacêutica e a perspectiva para o Brasil. **Revista Brasileira Ciências Farmacêuticas** vol.44 n.4. São Paulo Out./Dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.com.br>> Acesso em: 13. ago. 2015.

PEREIRA, Francis S. V. T, et al. Automedicação em crianças e adolescentes. **Jornal de Pediatria** - Vol. 83, Nº 5, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jped/v83n5/v83n5a10.pdf>> Acesso em: 01. nov. 2015.

PIEPER, Mariane, et al. A automedicação com medicamentos analgésicos de venda livre. **XXI Seminário de Iniciação Científica**. 2013. Disponível em: <http://www.revistasunijui.com.br>> Acesso em: 23. nov. 2015.

PILICER, Marli Luiza dos Santos. A importância da atenção farmacêutica no uso do medicamento fitoterápico tribulus terrestris no âmbito da farmácia de manipulação. ISSN 2179-5568 – **Revista Especialize On-line IPOG** - Goiânia - 6ª Edição nº 006 Vol.01/2013 –dezembro/2013. Disponível em: <http://www.IPOG.EDU.BR>> Acesso em: 01. nov. 2015.

RICHETTI, Graziela Picolli. **A auto Medicação como tema social no ensino de química para o desenvolvimento da alfabetização científica e tecnológica**-Florianópolis Faculdade federal de Santa Catarina, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91092/260134.pdf?sequence=1>> Acesso em: 01. nov. 2015.

SAIZ, A. Associação Brasileira da Indústria de Medicamentos Isentos de Prescrição (ABIMIP). **Trabalho, Educação e Saúde**, v.5, n.2 out. 2003 a set. /2004. Disponível em: <http://www.abimip.org.br/site/index.php>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

SERVIDONI, Alexandre Barbosa et al. Perfil da automedicação nos pacientes otorrinolaringológicos. **Rev. Bras. Otorrinolaringol.** 2006, vol.72, n.1, pp. 83-88. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rboto/v72n1/a13v72n1.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

SOUZA, Hudson W. O; SILVA, Jennyff L; NETO, Marcelino S. A importância do profissional farmacêutico no combate a automedicação no Brasil. **Revista Eletrônica de Farmácia** Vol 5(1), 67-72, 2008. Disponível em: <http://www.revistajatai.ufg.br>> Acesso em: 01. nov. 2015.